

ESTADO DE GOIÁS — PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL · SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº	15.719/2026
Órgão	PODER EXECUTIVO — Prefeitura Municipal de Crixás-GO
Setor requisitante	Secretária Municipal de Governo e Administração
Fundamento legal	Art. 28, I, c/c arts. 82 a 84 da Lei nº 14.133/2021 (Pregão · Registro de Preços).

Considerações Iniciais

O presente Termo de Referência define o objeto e as condições da contratação, servindo de base ao certame, e deve ser lido em conjunto com o DFD, o ETP, o Levantamento de Mercado e a Pesquisa de Preços que instruem os autos do Processo nº 15.719/2026, com os quais guarda coerência de objeto, quantitativo, valor e enquadramento.

1. DO OBJETO

Item	Un.	Qtd.	Descrição
1	Refeição (por pessoa)	25.000	Refeição completa tipo “panelão” (almoço/jantar), preparo e distribuição no local do evento; fornecimento integral (insumos, mão de obra, equipamentos e logística).

1.1. Repartição de ônus. Cabe à CONTRATADA o fornecimento integral de insumos, mão de obra, equipamentos de cozinha/serviço e logística, com preparo e distribuição no local. **Bebidas não são fornecidos nem onerados pela Administração.**

1.2. Unidade de medição. A medição e o pagamento far-se-ão por refeição efetivamente fornecida e atestada pela fiscalização, conforme ordens de fornecimento.

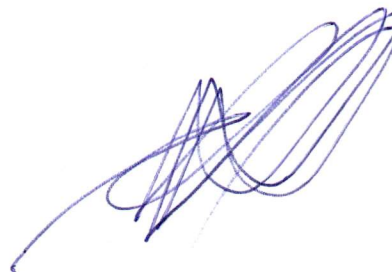
2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto desta contratação qualifica-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por ser passível de definição objetiva de padrões de desempenho e qualidade mediante especificações usuais de mercado.

2.2. O objeto não se enquadra como bem ou serviço de luxo, conforme Decreto Municipal nº 040/2025.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Fato gerador. A realização recorrente de eventos oficiais do Município demanda o fornecimento de refeições em grandes volumes, de forma tempestiva e com qualidade/higiene, justificando a contratação por Registro de Preços.



3.2. Justificativa do Registro de Preços. Adota-se o SRP em razão da demanda eventual e de quantitativo incerto, da conveniência de entregas parceladas e do atendimento a mais de uma unidade por ata única, nos termos do art. 82, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Fundamentação da modalidade e vigência. Trata-se de serviço comum, cabendo o Pregão (art. 28, I). A opção pela forma presencial será formalmente justificada nos autos (art. 17, §2º). A Ata de Registro de Preços vigorará por 1 (um) ano, admitida prorrogação por igual período (art. 84).

3.4. Instrução e publicidade. O processo é instruído na forma do art. 18 e do art. 72 (DFD, ETP, TR, pesquisa de preços e justificativa, habilitação), com parecer jurídico (art. 53) e divulgação no PNCP (art. 94).

4. DA FONTE DE RECURSOS

4.1. Dotação orçamentária: _____ (a indicar pelo setor competente, conforme a LOA — Lei Municipal nº 2.420/2025).

4.2. Elemento de despesa: 33.90.39 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica.

5. DA ESPECIFICAÇÃO E DO QUANTITATIVO

Item	Especificação	Un.	Qtd. estimada
1	Refeição completa (almoço/jantar) tipo “panelão”: prato principal (proteína), acompanhamentos e guarnições, salada e sobremesa simples, conforme cardápio-padrão a ser definido; preparo e distribuição no local; equipe, equipamentos e utensílios de serviço por conta da CONTRATADA.	Refeição (por pessoa)	25.000

5.1. O cardápio-padrão (gramagens e composição) será fixado pela Administração previamente ao certame, calibrando a estimativa de preços.

6. DOS REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

6.1. Observância das boas práticas de manipulação de alimentos (RDC Anvisa nº 216/2004) e regularidade sanitária (alvará/licença) da CONTRATADA.

6.2. Equipe operacional própria (cozinheiros e auxiliares), com uniformes, EPIs e asseio; responsável técnico quando exigível ao porte.

6.3. Equipamentos, utensílios e estrutura de preparo/distribuição no local; controle de temperatura e de qualidade dos alimentos.

6.4. Logística de transporte e montagem; gestão de resíduos e limpeza do local após o serviço.

6.5. Qualificação técnica mediante atestado(s) de capacidade para fornecimento de porte compatível (art. 67).

7. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

A execução dar-se-á sob demanda, mediante ordem de fornecimento com antecedência mínima a ser fixada, indicando data, horário, local e quantitativo. O recebimento observará os arts. 140 da

Lei nº 14.133/2021: provisório (conferência no ato) e definitivo (atesto de conformidade pela fiscalização).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Emitir as ordens de fornecimento com a antecedência pactuada;
- Designar gestor e fiscal e acompanhar a execução;
- Atestar e efetuar o pagamento das refeições efetivamente fornecidas;
- Prestar as informações e esclarecimentos necessários.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer as refeições nas quantidades, locais e horários determinados, com preparo e distribuição no local;
- Responder pela qualidade, higiene e segurança alimentar, cumprindo a RDC nº 216/2004;
- Manter equipe, equipamentos, utensílios e logística próprios;
- Manter as condições de habilitação e regularidade durante a vigência;
- Responsabilizar-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

10. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A gestão e a fiscalização observarão os arts. 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 104/2026, com registros formais das ocorrências. Ficam designados (item I — SEMAG): Gestora Luana Borges de Lima (Mat. 222003306) e Fiscal Marlos da Silva Gonçalves (Mat. 222002441), ou os servidores indicados pela pasta competente à época da contratação, observada a segregação de funções.

11. DO PAGAMENTO

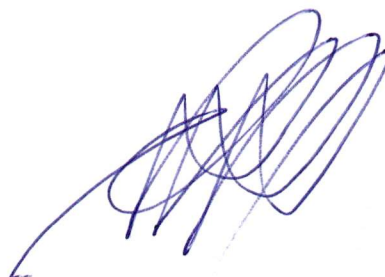
O pagamento será efetuado após o atesto, por refeição efetivamente fornecida, no prazo e condições do edital/ata, observado o art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021 e as retenções legais cabíveis, mediante nota fiscal e comprovação de regularidade.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial, aplicam-se as sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 advertência; multa (moratória e/ou compensatória); impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade —, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. DO CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO

Exigir-se-á: inscrição no CNPJ com objeto compatível; ato constitutivo/CCMEI; CND Municipal; CRF/FGTS; CND Estadual; CND Federal (conjunta, inclusive previdenciária); CNDT; documentos dos sócios; documentação técnica específica (alvará sanitário e atestado de capacidade); e declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF.



14. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO

A seleção dar-se-á por Pregão, na forma presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, critério de julgamento de menor preço por item, com fase de lances e posterior habilitação, na forma dos arts. 28, 34 e 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com publicidade no PNCP e no Diário Oficial (art. 94). Admite-se cadastro de reserva.

15. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES

Poderão participar interessados do ramo compatível que atendam à habilitação, assegurado o tratamento favorecido a ME/EPP (LC nº 123/2006), observadas as vedações dos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021 (conflito de interesses, parentesco, impedimentos) e a decisão motivada quanto aos benefícios da LC nº 123/2006 (art. 49).

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas correrão à conta da dotação _____, elemento 33.90.39, conforme a LOA (Lei Municipal nº 2.420/2025). No Registro de Preços, a dotação é indicada por ocasião da contratação/empenho.

17. DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A contratação deverá constar do Plano de Contratações Anual (art. 12, VII, e art. 18, §1º, XVI), instituído pelo Decreto Municipal nº 21/2026; eventual ausência será justificada nos autos.

18. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

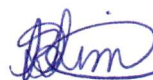
Declara-se a viabilidade técnica e jurídica da contratação nos termos aqui delineados, ressalvada a análise final da Procuradoria.

19. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA

A contratação formalizar-se-á por Ata de Registro de Preços (vigência de 1 ano, prorrogável por igual período — art. 84) e, quando for o caso, por termo de contrato (art. 95), observadas as condições deste Termo de Referência e do edital.

Crixás-GO, 01 de outubro de 2026.

Elaborado por: Luana Borges de Lima, Matrícula Nº 222003306



Clésio Augusto de Lima
Gestor Municipal